

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: desafios à sociabilidade na escola

Rafael Pereira Guimarães

PARANAÍBA/MS
2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Rafael Pereira Guimarães

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: desafios para o cotidiano dos professores

Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba-MS, como exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação.

Orientador: Professor Dr. Carlos Eduardo França.

G98i

Guimarães, Rafael Pereira
Indisciplina e violência escolar: desafios à sociabilidade na escola/ Rafael
Pereira Guimarães. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2014.
46f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo França.

Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Estadual de Mato
Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Escola. 2. Violência. 3. Indisciplina. I. Guimarães, Rafael Pereira. II.
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba,
Especialização em Educação III. Título.

CDD – 371.782

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira - CRB1º/1783

Rafael Pereira Guimarães

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: desafios para o cotidiano dos professores

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo França
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Elson Luiz de Araújo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dr. Leni Aparecida Souto Miziara
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

A todos os leitores, críticos,
professores e alunos que se interessam
pela Educação de qualidade em nosso
País.

AGRADECIMENTOS

A única coisa que a mente não cansa é de obter o conhecimento. Por isso agradeço meu orientador pela colaboração e informações de conhecimento.

Agradeço aos meus pais e esposa pelo carinho incondicional.

Agradeço ao Professor Doutor Elson Luiz de Araújo pela participação no Programa Observatório da Educação (OBEDUC) que me proporcionou conhecimento nas rodas de estudo sobre o tema abordado.

RESUMO

O tema abordado apresenta um estudo teórico para a compreensão da indisciplina e violência escolar no ambiente educacional. A indisciplina e a violência escolar são questões sociais em destaque nas discussões de grande parte da sociedade, visto que interfere diretamente no ambiente educacional e no papel da escola. Nesta pesquisa abordaremos os conceitos de indisciplina e violência escolar, com a cooperação dos professores das escolas estaduais. Apresentamos diferentes conceitos de violência em meio escolar, fazendo um levantamento de sua interferência no ambiente educacional por meio de uma pesquisa com os professores da rede estadual. Para desenvolver este trabalho, optamos, primeiramente, pela abordagem teórica e, posteriormente, pela análise qualitativa, configurada no estudo de caso. Na parte final do texto, analisamos fundamentalmente a importância pedagógica para desenvolver um relatório com os profissionais da educação sobre a indisciplina/violência onde puderam destacar suas realidades no ambiente escolar das questões encaminhadas a eles. Conclui-se que os professores são influenciados pelos efeitos da violência no ambiente escolar, visto que muitas vezes não somos reconhecidos pelo nosso trabalho, e têm que desenvolver outros papéis, como o de pais, em um espaço educacional formal que é o da escola pautado na construção de conhecimentos estabelecidos pelo currículo. Para uma transformação qualitativa e mudança do cenário escolar, faz-se necessário a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo educativo, buscando um sentido de existência para o currículo e criando novas formas de relações sócio-educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Violência. Indisciplina. Professor. Aluno.

ABSTRACT

The topic presents a theoretical study for understanding the discipline and school violence in the educational environment. The discipline and school violence are social issues prominently in discussions of much of society, since it interferes directly in the educational environment in the school paper. This research will discuss the concepts of discipline and school violence, with the cooperation of teachers in state schools. We present different concepts of violence at school, doing a survey of its interference with the educational environment through a survey of teachers in the state system. To develop this work, we decided, first, the theoretical approach and subsequently by qualitative analysis, set in the case study. In the final part of the text, basically analyze the pedagogical importance to develop a report with education professionals about indiscipline / violence where they could highlight their realities in the school environment issues encaminhas them. We conclude that teachers are influenced by the effects of violence in the school environment, since we are often not recognized for our work, and have to develop other roles, such as parents, in a formal educational environment that is guided school in the construction of knowledge established by the curriculum. For a qualitative transformation and change in the school setting, it is necessary the participation of all social actors involved in the educational process, seeking a sense of existence for the curriculum and creating new forms of social and educational relations.

KEY WORDS: School. Vilência. Indiscipline. Teacher. Student.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS E AS CONSEQUÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA INDISCIPLINA.....	13
2.2. A ação do estado e sociedade.....	16
2.3 A indisciplina dos Alunos causa a violência escolar?.....	17
2.4 Violência/Indisciplina.....	19
3. UMA LEITURA PEDAGÓGICA DA INDISCIPLINA ESCOLAR	29
3.1 Algumas premissas pedagógicas fundamentais.....	30
3.2 As cinco regras éticas do trabalho docente.....	31
3.3. A indisciplina/violência	33
3.4 Como ajudar o estudante agressivo	34
3.5 Autoridade se constrói	37
3.6 Bagunça ou inquietação.....	37
3.7 Contrato Pedagógico	38
3.8 Pesquisa com diversos professores da rede estadual	39
3.9 Reflexões dos professores	39
4. CONCLUSÃO.....	42
5. BIBLIOGRAFIA	44
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES	46

1. INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva refletir sobre o tema violência e indisciplina no ambiente escolar em uma escola pública da cidade de Paranaíba.

Apresentamos algumas questões relacionadas à indisciplina e violência no ambiente escolar, questões essas que têm sido um problema para educadores e alunos, visto que tem sido prejudicado o processo de ensino-aprendizagem.

Delimitamos algumas causas da violência no ambiente escolar, sendo um tema complexo porque envolve não só o ambiente escolar, mas questões ligadas aos problemas sociais.

Apresentamos diferentes conceitos de violência em meio escolar a partir do levantamento de sua interferência no ambiente educacional por meio de uma pesquisa com os professores da rede estadual.

Para desenvolver este trabalho, optamos pela abordagem qualitativa, configurando-se no estudo de caso. No primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica com o intuito de conhecer as produções sobre o tema.

No segundo momento, apresentamos a necessidade de nos preocuparmos com a qualidade de ensino e abordamos os impactos dos atos de indisciplina e violência no ambiente escolar.

No terceiro momento, apresentamos a ação do Estado e sociedade no que se referente aos direitos que a sociedade vem ignorando em sua condição de cidadão, discutindo informações relacionadas com a violência e seus direitos humanos.

No quarto momento, apresentamos as consequências da indisciplina com algumas reflexões sobre a violência escolar para a compreensão deste fenômeno social.

No quinto momento, apresentamos a leitura pedagógica no ambiente escolar, sendo que este capítulo é desenvolvido sobre as hipóteses da questão disciplinar, sendo que algumas dessas premissas pedagógicas são fundamentais para o ambiente educacional.

No sexto momento, relatamos a indisciplina e violência no ambiente escolar, com os seguintes tópicos: desrespeito ao desenvolvimento; como ajudar o estudante agressivo; atividade se constrói; bagunça e inquietação e o contrato pedagógico.

No sétimo momento, por meio da aplicação de um questionário junto aos professores

da escola estadual, pudemos relacionar a realidade no ambiente escolar.

Atualmente as escolas enfrentam diversos problemas como indisciplina e violência no ambiente educacional. Segundo Silva (1997), o silêncio não dá garantia de disciplina ou até mesmo de aprendizagem, mas pode trazer outras formas de garantir que o ambiente fique mais acolhedor e propício ao desenvolvimento do conhecimento. É essencial que a escola possa estabelecer regras e criar regulamentos para que ambiente escolar, e os educadores possam realizar seu trabalho de forma organizada e coerente. O preocupante é como as regras são elaboradas e aplicadas, pois quase sempre essas regras não contemplam a participação de alunos, professores, direção, coordenação pedagógica e a comunidade, e não levando em conta a realidade sociocultural da comunidade. (SILVA, 1997). Conforme Aquino (1996), os distúrbios disciplinares se tornaram um dos maiores obstáculos pedagógicos dos dias atuais.

Discussões surgem nas famílias por problemas particulares ou sociais causando a indisciplina e dificultando bastante a convivência. Guimarães (1996) diz que perante a nossa realidade nossos alunos não têm mais respeito com seus professores, e por causa desta indisciplina o processo de ensino-aprendizagem é prejudicado. Alguns professores têm dificuldades em estabelecer limites na sala de aula devido à indisciplina dos alunos.

No entanto, conforme o professor vai conhecendo e observando seu redor, ele pode desenvolver novas propostas de trabalho que no dia-a-dia vai surgindo em sala de aula, cobrando os estudantes com mais produções e mudança de posturas no ambiente escolar. Quando o professor passa a valorizar o seu trabalho, registrando e reeditando as experiências de forma ampliada e revista, seus esforços abrangem ações que apreendem as necessidades educacionais de sua sala, e podem interferir positivamente no controle da indisciplina e violência, bem como no processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, observamos em nosso trabalho de campo que o professor pode desenvolver pequenas estratégias que atendam as necessidades escolares e educacionais, tornando a aula mais atraente ao mesmo tempo em que desenvolve o senso crítico dos alunos, e o interesse desses pelo conteúdo e reflexões desenvolvidas em sala de aula.

2. VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS E AS CONSEQUÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA INDISCIPLINA.

No presente capítulo tratamos das diversas formas de violência nas escolas. Ressaltamos que, devido às transformações sociais, políticas, tecnológicas e culturais, os atores escolares estão vivenciando novos desafios nas instituições educacionais. Guimarães (1996) salienta que essas mudanças que estão acontecendo em nossa sociedade vêm crescendo a cada dia, se tornando algo indisciplinar e violento para todos que se interagem no ambiente escolar.

No ambiente educacional devemos ter o máximo de cuidado em relação à violência escolar de ensino, pois, como afirma Blin (2005 p.8): “o respeito e a prevenção da violência escolar diz respeito a todos nós, professores, crianças, jovens e pais, atores e responsáveis pelo sistema educacional, e também aqueles que nos representa nos poderes públicos”.

Devemos nos preocupar com a qualidade de ensino que proporcionamos aos nossos estudantes, sendo relevante que eles obtenham conhecimento como parte da rotina escolar, compreendendo os atos indisciplinares e violentos como *bullying*, agressões físicas e verbais que acontecem no meio educacional ou fora dele. A partir da compreensão deste universo, faz-se necessário visar ações de minimização mediante a um trabalho pedagógico, no qual a equipe escolar sejam eles direção, coordenação pedagógica, professores, secretários, funcionários gerais e pais em nível pedagógico, interno ou externo, precisam se envolver em ações de mitigação dos atos de violência e indisciplina no ambiente escolar. (CHAUÍ, 1985, p. 33)

Miriam Abramovay (2002, p.32) salienta que “devido ao avanço da violência no ambiente escolar, a sociedade brasileira convive com esta realidade deparando com diversos tipos de agressões verbais e físicas”. Devemos trabalhar e diferenciar a violência que vem de fora do ambiente escolar, conscientizando-os para que essa indisciplina e violência não atinjam nossos estudantes que estão sob a responsabilidade da escola e dos educadores, os quais possam ter responsabilidade pelos efeitos sociais de suas ações.

Amparados em uma compreensão profunda do universo escolar, podemos nos conscientizar e fazer com que a escola desenvolva projetos para formular e implementar medidas eficazes de segurança no ambiente escolar, almejando lidar eficazmente com as novas realidades de violência em seu interior. (CHAUÍ, 1985, p. 35)

Para que isso ocorra precisamos buscar novas ideias e inovações avançadas de segurança para o ambiente escolar para não ocorrer a indisciplina e violência em seu interior,

buscando ações para a realidade atual e podendo, desta forma, coibir novos atos de indisciplina e violência. A implementação dessas ações possibilitam desenvolver medidas para prevenir novos casos de violência dentro do ambiente escolar.

Uma das sugestões de controle posta por autores é implementar no ambiente escolar alguns equipamentos de segurança, sendo eles câmeras que possam ser espalhadas em diversos ambientes, detectores de metais nas portas de entrada, cartão de identificação, monitoramento como vigilantes no espaço educacional. Toda essa segurança é consequência do aumento da violência, fazendo com os agentes responsáveis pelas escolas dêem respostas imediatas para tentar prevenir a violência que afeta a realidade de sua comunidade. (VASCONCELLOS, 1995).

De acordo com o autor que estamos dialogando, a violência se dá pelo fato das pessoas romperem com as regras de convivência, abandonam compromissos para com os estudantes e isto impacta na segurança de nosso ambiente. (VASCONCELLOS, 1995).

Deste modo, pensamos que precisamos buscar parcerias sócio-educativas para desenvolvermos projetos e gerar bons conhecimentos e experiências de segurança nas escolas, sejam elas não governamentais ou entidades que buscam ações contra a violência escolar.

2.1 Violências nas escolas

Atualmente, encontramos dificuldades no desenvolvimento escolar, como é o caso de falta de regras de convivência social por parte dos estudantes e desrespeito tanto com seus colegas quanto com seus professores e demais funcionários do ambiente escolar. A indisciplina e violência no ambiente escolar são um dos motivos que pode levar a desvalorização do ambiente educacional por parte de alguns pais, sendo que os próprios não comparecem na escola para saber e se inteirar do aprendizado de seus filhos, e muitas das vezes nem para saber como esta o comportamento e a vida escolar dos mesmos.

Por isso, é fundamental a participação dos pais no ambiente escolar. Assim os estudantes terão como base algumas referências básicas como respeito, comprometimento, posturas e valores. A escola é um ambiente de construção do conhecimento, procurando compreender a indisciplina ou violência como comportamentos inadequados para o ambiente educacional.

Muitos das vezes os inúmeros casos de indisciplina e violência não chegam a ser levadas com grau de confiabilidade extremado ao conhecimento público e autoridades competentes (AQUINO, 2000).

Os estudantes precisam ter comprometimento com as regras que implicam valores e formas de conduta, e estas somente podem vir de seus educadores, pais e professores. Essas regras não devem ser apenas interpretadas no sentido negativo, o que não pode ser feito ou ultrapassado. Mas também deve ser entendido no sentido positivo, o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social, a família, a escola, a comunidade como um todo. (LA TAILLE, 1994, p.9).

Há três tipos que podemos considerar a indisciplina e violência escolar, sendo eles: a violência da escola, violência à escola e a violência na escola. Uma vez que a violência na escola e a violência à escola refere-se aos estudantes e a violência da escola refere-se a violência institucional.

- a violência na escola é gerada dentro do ambiente escolar, mas não ligada às atividades da escola. Conforme a explicação do autor, os estudantes entram na escola para acertar contas das disputas que são do bairro, sendo que a escola é somente um lugar de uma violência que poderia ter acontecido em qualquer outro local. No ambiente escolar a indisciplina e a violência aparecem de outra maneira, sendo elas o desrespeito às normas estabelecidas pelo ambiente escolar.
- a violência à escola está ligada à natureza e às atividades do ambiente escolar: essa violência é aquela que visa diretamente o ambiente educacional, sendo elas quando os estudantes provocam agressões físicas e verbais desrespeitando os professores e até mesmo seus colegas.
- a violência institucional é aquela que inevitavelmente precisa de uma certa imposição, de disciplina ou de controle, independente da cultura a ser transmitida e interiorizada pelas novas gerações. Professores afirmam que a violência nas escolas está crescendo cada dia mais, sendo elas as ameaças e agressões verbais entre os próprios estudantes e até mesmo aos professores, em qual a agressão física vem acontecendo no ambiente escolar mas em pequenas proporções.(CHARLOT, 2002, p.434).

Devido ao aumento da indisciplina e violência entre os estudantes, a cada dia se torna mais preocupante as consequências geradas para o funcionamento do ambiente escolar. O jovem de hoje quer ganhar espaço e para isso ele estabelece competitividade com outros. Pelo mesmo motivo quer ganhar respeito entre eles e assim, após conquistar essa etapa, quer demonstrar que esta acima dos demais.

Segundo a concepção de Epp (1996), existem alguns métodos ligados ao

autoritarismo, podendo tornar alguns alunos mais amáveis com relação ao comportamento, mas, pode gerar também comportamentos agressivos e violentos.

Devido a está concepção é importante que nosso pensamento seja voltado para a minimização da indisciplina e violência escolar, sendo que nós professores devemos mostrar interesse e preocupação pelos nossos estudantes, construindo junto com eles as decisões certas a serem tomadas contra a indisciplina e violência no ambiente educacional.

2.2. A ação do estado e sociedade

A sabedoria popular nos indica “é melhor prevenir do que remediar” e de fato a prevenção é melhor do que a repressão posterior. A conscientização é um meio de prevenção que podemos alcançar diante de tanta violência.

A população em geral desconhece seus direitos, ignorando sua condição de cidadão no seio social, fornecendo a ele informações que desenvolva seu aprendizado, contendo informações relacionadas á violência, direitos humanos e seu papel na sociedade. Por meio dessas iniciativas particulares estamos conseguindo excelentes resultados. (AQUINO, 2000).

Segundo o conceito de Gonçalves, (2002), toda forma de desrespeito á dignidade humana é uma violência e não apenas os crimes que deixam o ser humano ferido, mas o estado que tem falhado diversas vezes no controle violência e prevenção tem advindo da própria sociedade organizada.

No momento vários setores da sociedade estão marcados pela corrupção, desrespeito a dignidade humana, expansão do crime organizado, do tráfico de entorpecentes, isto vai chegando a decadência nas instituições do Estado, gerando grandes problemas e expandindo a criminalidade e violências diversas. (AQUINO, 1996, p. 33)

Conforme a concepção de Aquino (1996) “a sociedade recua temerosa da violência no trabalho, em suas casas, nas ruas enfim em todos os lugares sem controle, passam a ter sua liberdade reduzida e cerceada”. O cidadão atualmente sente-se preso em sua própria casa, portador de inúmeras fobias oriundas teme a ser vítima de violências urbanas. Nesse turbilhão de emoções os discursos demagógicos, ganham força de adeptos, apontando meios esdrúxulos como solução desses conflitos.

A pena de prisão é colocada como solução para o crime, generalizando sua aplicação o máximo possível, de modo a impedir o contato da população com os transgressores. A ideia de penalização máxima foi implantada pela mídia, através do show dramático da agressão urbana. Em presença da visibilidade e dimensão de crimes cruéis, e só são estes os abordados, a população adquiriu o temor de ser vítima dos mesmos crimes a qualquer instante. (AQUINO, 2002, p. 35)

O crime não é fruto da atualidade, sempre existiu e sempre existirá. O indisciplinado não tem óbices de qualquer atitude, ocorre em todas as camadas sociais, e em todas as Nações. Diante da impossibilidade de extinção dos delitos, precisamos controlá-los a altura imagináveis e que viabilizem a convivência em sociedade. (FOCAULT, 1987).

A história evolutiva da pena iniciou-se com a definição de aflição ou punição, proveniente após a ser uma medida terapêutica, com finalidades de cura do infrator em seu meio social, possibilitando seu retorno á sociedade em condições de nela permanecer sem cometer novos delitos. A finalidade é construir uma sociedade tranquila, através da recuperação do infrator, se ressalvado os casos psiquiátricos não recuperáveis. (FOCAULT, 1987).

Ao passo que a finalidade da pena não vem sendo cumprida, observamos o acesso dos punidos da comunidade com receio, porque presídio não recupera o doente social, acentua sua patologia, o que compromete ainda mais a sociedade. (FOCAULT, 1987).

As consequências do sistema penal são retratadas em livros, filmes e pela mídia demonstrando as constantes rebeliões nos presídios superlotados.

A superlotação não é um problema a ser resolvido somente com a construção de mais presídios, mas também com a recuperação e seleção dos encarcerados para que no futuro não mais cometam crimes e retornem ao estabelecimento penal. (FOCAULT, 1987).

Aliado a isso se faz indispensável, proporcionar e adaptar às penas em semelhança, permitindo assim, a prática de penas alternadas aos crimes de menor importância social, aplicando-se o cumprimento de serviços “pena alternativa” de caráter indenizatório para sociedade em entidades filantrópicas. (FOCAULT, 1987).

De acordo com Foucault (1987), impedir o contato de infratores de crimes de menor importância social, com transgressores de periculosidade e desumanidade elevada, leva-nos a crer no risco de não atuação dessa medida ressocializadora no âmago do ser repreendido dentro do sistema penitenciário.

2.3 A indisciplina dos Alunos causa a violência escolar?

Buscamos entender qual a relação entre a indisciplina e a violência escolar é de sua importância para melhor compreensão do tema. Para isso faz-se necessário compreender o sentido real sobre o que é indisciplina, compreender também que a fase da adolescência é uma

quebra de regras, de valores, sendo uma fase confusa entre o que é liberdade para esse aluno.

Silva (2003), ao definir desobediência escolar afirma que todas as ocasiões que um aluno desobedece às normas da instituição é considerado indisciplinado. Ainda para este autor, a violência é analisada como uma forma de indisciplina, além disso, inquietante na época presente. Como observamos a disciplina e indisciplina, na escola, é um fenômeno que decorre da sociedade e de seu princípio de ensino, porém é também um fenômeno basicamente escolar, tão antigo como a própria escola e tão inevitável como ela.

A indisciplina, na escola, tem suas características próprias e só adquire significado em relação ao processo pedagógico em curso, devendo ser compreendida levando-se em conta a colocação que exerce nele. Apenas averiguar o para quê da indisciplina, torna-se, inteligíveis o como e o porquê. Por outro sentido, confiamos que aprender é construir aspectos pessoais dos teores, que devem ser significativos para o aluno, contextualizados à sua realidade e relacionados interdisciplinarmente. A aprendizagem só pode ser determinada a partir de um contato efetivo com os conteúdos. (SILVA, 2003, p. 114).

Embora a imitação e o contato com as regras e valores do grupo a que o indivíduo pertence façam parte do processo de aprendizagem só podem considerar que o dependente verdadeiramente se transformou e, assim sendo, estudou organizando e assumindo a autoria de seus valores. (SILVA, 2003, p. 114).

A disciplina e indisciplina na sala de aula são interpretadas da forma que permita distinguir o que acontece na escola e, principalmente, na sala de aula de outras formas de invalidação de ordem social. Se a indisciplina escolar pode, às vezes, parecer um ato delinquencial, ela raras vezes é delinquência, pois, na maioria das vezes, não quebra a ordem legal da sociedade, mas apenas a ordem estabelecida na escola, em desempenho dos comprometimentos de uma aprendizagem formada coletivamente. (GUIMARÃES, 1996, p. 74).

O conceito de Guimarães (1996), sobre o estudo solicita que se pense no papel da escola, em sua missão, objetivos e nos conceitos de aprendizagem, com exclusiva evidência nas relações docente/aluno e ensino/aprendizagem, não porque se deseja culpabilizar os principais atores, mas porque propomos ajudá-los a entender seus papéis, nessa relação tão delicada.

Esses papéis podem ser na criação de normas de comportamentos, juntamente com alunos, onde haverá conflitos e contravenções, podendo-se modificar-se com experiências e aprendizagens, no processo de elaboração. Para um bom andamento na elaboração dessas normas é preciso levantar elementos prováveis da circunstância, com o objetivo de elaborar diversos pontos de vista para o aperfeiçoamento e a aceitação dos episódios, no ensino

aprendizagem de qualquer conteúdo, na fase de levantar os conhecimentos prévios.(GUIMARÃES, 1996, p. 78)

A partir desse conhecimento objetivo, podemos então buscar as relações subjetivas: para quê, por quê, como, a fim de que os estudantes possam ter maior perceptibilidade de seu desempenho e o dos outros, das modalidades de relacionamento, das noções de hierarquia, de autoridade, de afeto e convivência envolvidos. Vão apreendendo as benefícios e desvantagens para si e para os outros de agir de uma determinada maneira (fase do afirmação de relações entre os vários elementos, fatos, conceitos, procedimentos, valores e do levantamento de hipóteses). A partir desse ponto, pode-se principiar a definição dos métodos e sua testagem no aprendizado (momento de experimentar, corrigir rumos, chegar a conclusões e, talvez, sistematizar e fixar). (GUIMARÃES, 1996, p. 78).

Conforme a percepção construída, pelo sujeito pode simplesmente transformar as atitudes. Devido à desvinculação de punições, a transformação de valores é genuinamente incorporada, com tendência de desaparecer, além das autoridades. Assim a exclusão simples do estudante, seja da atividade ou do ambiente escolar, significa a desistência do educador em sua missão, e também a do próprio estudante, pode acontecer, mas não desejável para ninguém.

Segundo Guimarães (1996), isso não quer dizer que, no caso de indisciplina, não existam punições. Estas fazem parte do trabalho de elaboração e precisam ser sucessivamente muito trabalhadas com os estudantes. Em acontecimentos extremos e raros, podem existir punições grupais, quando um conjunto de alunos participou direta ou indiretamente de um episódio inaceitável.

Além desse trabalho diretamente ligado aos atos de indisciplina ou ao conteúdo "disciplina" na sala de aula, no ginásio e na existência, a "leitura pedagógica" das infrações escolares (ou não) dos alunos envolve também todas as possíveis relações com os conteúdos escolares. (Guimarães, 1996).

Dependendo do perfil que o professor tenha da sala de aula na fase escolar é possível que o mesmo proponha intercessões, com objetivo de trabalhar com argumento de estudo, principalmente, transformar os fatos perturbadores em centros integrados de trabalho indisciplinar, com capacidades motivadoras que os alunos apresentam, e as aperfeiçoções potencializadas.(GUIMARÃES, 1996 p. 80).

2.4 Violência/Indisciplina

A violência/indisciplina escolar de forma simultânea parece estar entrelaçada, segundo

a percepção de grandes educadores.

No ambiente escolar a percepção da indisciplina e violência muda conforme o meio abordado. Antigamente a indisciplina e violência eram tratadas no sistema escolar com punições e castigos corporais. Hoje em dia já não podemos fazer mais isso, temos que orientá-los a boa disciplina no ambiente escolar.

Charlot e Émin (1997), temos dificuldade de definir a indisciplina e violência escolar, não somente porque são difíceis de delimitar e ordenar, mas porque ela desestrutura representações sociais que tem valor fundador, porque passa a ideia de infância associada à ideia de inocência e a da escola compreendida como refúgio da paz.

Abramovay e Ruas (2003) apontam que um dos fatores que impede a análise da agressão escolar é que não existe consenso sobre o significado da violência. Então a violência varia em função do ambiente escolar, na posição de quem fala seja professores, diretores ou alunos.

Assim o conceito da indisciplina e violência escolar é classificado em três níveis, sendo eles:

- Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;
- Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que força o adolescente a instruir-se nas disciplinas e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no comércio de afazeres; a violência das relações de poder entre professores e alunos. (CHARLOT E ÉMIN, 1997, p. 114).

Por isso quando estudamos a indisciplina e violência escolar, devemos considerar os seguintes itens:

- os crimes e delitos tais como: furtos, roubos, assaltos, extorsões, tráfico e consumo de drogas.
- as incivildades, sobretudo, conforme definidas pelos atores sociais;
- sentimento de insegurança ou sobretudo, o que aqui denominamos sentimento de violência, resultado dos dois componentes precedentes, mas, também, um sentimento geral nos diversos meios sociais de referência. (DEBARBIEUX 1996, p.42)

Referindo-se ao conceito de indisciplina, toma-o como sinônimo de moral,

estando esta a consideração pelas leis que são consideradas obrigatórias. Logo, se disciplina significa respeito às leis, podemos finalizar que indisciplina, retribui justamente à indisciplina das leis (ou regras). Esta definição de indisciplina está em conformidade com grande parte do que refletem e dizem os professores. (LA TAILLE, 2002, p. 36)

Se considerarmos a transversalidade que perpassa o fenômeno violência/ indisciplina escolar, confiamos que a Psicologia, a qual além como uma de suas contribuições vitais a compreensão das relações humanas, pode se constituir num campo de informação que, ao dar voz à instituição, pode potencializar a busca de dispositivos eficientes e viáveis. (GUIRADO, 1987).

Após refletir sobre o objeto específico do trabalho institucional do psicólogo diz:

O papel do psicólogo define-se como o de mobilizar a construção e apropriação por parte do sujeito de um informação sobre si nas afinidades que vivencia. Deste ponto de vista (clínico), o objeto da Psicologia são as relações; mas não as que materialmente se oferecem e sim, tal como imaginadas, percebidas, representadas pelo sujeito. O que caracteriza especificamente o humano e psicológico não são as capacidades e competências dos sujeitos, recebi das como coisas em si, mas sim o universo de suas representações e afetos. A interferência do psicólogo deverá se registrar a este mundo. (GUIRADO, 1987, p. 71).

2.5 O aluno "desrespeitador"

O aluno de hoje é menos respeitador do que os alunos de antes, e que, na verdade a escola atual teria se tornado muito permissiva, em checagem ao rigor e à condição daquela educação. (AQUINO, 1996)

Aquino (1996), fala sobre o primeiro entendimento, mais de cunho histórico, da questão disciplina que necessita ser repensado com urgência. E a principal coisa é admitir e fazer com que a escola de antigamente talvez não fosse tão "de excelência" quanto gostamos de pensar hoje em dia.

Nossa memória costuma aplicar alguns truques em nós. Às vezes, é muito fácil incorreremos numa espécie de saudosismo exacerbado, imaginando o acontecido e aperfeiçoando lembranças de alguns fatos que não aconteceram ou que não se desenrolaram exatamente do modo com que nos rememoramos deles. Deste modo, se readquirirmos o exemplo dessa escola do passado para cotejarmos nossos problemas pedagógicos atuais, precisamos recuperar também o assunto histórico da época, pelo menos em parte. Não é admissível trazer de volta aquela escola sem o entorno sociopolítico de então. (AQUINO, 1996, p. 79).

É comum nos reportarmos à escola de antigamente com reverência, admiração, nostalgia, pois na veracidade essa escola anterior aos anos 70 era um ginásio para poucos,

muito poucos. (AQUINO, 1996).

As escolas militares ou religiosas, e algumas poucas leigas que atendia uma quantia muito diminuída da população, muito desses não tiveram escolaridade completa de oito anos, então nossos antepassados se quer chegaram a cursar escolas, e se recuarmos mais ainda no tempo, veremos como o ambiente escolar sempre foi um artigo precioso, difícil de encontrar no varejo social. (AQUINO, 1996, p.80).

Todos se lembram, ou pelo menos já ouviram falar, dos exames de admissão e, portanto, do níveis "primário" e "colégio". Por isso que, esse é um bom exemplo de como essas tais escolas de excelência do passado eram fundamentalmente da população. O exame de admissão representava o que hoje conhecemos como o vestibular para as instituições públicas, já na acesso do primário para o ginásio. Inclusive, vale lembrar que a partir do início dos anos 70 o primário e o ginásio aceitaram de continuar, dando lugar ao "primeiro grau" (e mais recentemente ao "ensino fundamental"), agora com oito anos consecutivos. (AQUINO, 1996, p. 81).

Desta feita, oito anos passaram a ser o tempo mínimo e obrigatório de escolaridade uma conquista e tanto. Além disso, o número de vagas e estabelecimentos de educação foi ampliado consideravelmente, democratizando cada vez mais o acesso à escola. Entretanto, as transformações que o povo brasileiro conseguiu do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino formal, com a abertura de novas escolas/vagas e os oito anos mínimos, permanecem um projeto incompleto, uma tarefa por se encerrar, uma vez que, decorridas quase três décadas da penúltima grande melhora do ensino brasileiro, ainda não alcançamos fazer valer integralmente essa proposta de democratização lá desencadeada. Igualmente, o grande desafio dos educadores atuais passou a ser a continuação "de fato" das crianças na escola o que, sabidamente, se consegue apenas com a qualidade do ensino ofertado. (AQUINO, 1996, p. 82)

Essa é a grande tarefa dos educadores brasileiros na atualidade: fazer com que os alunos permaneçam na escola e que prossigam tanto quantitativa quanto qualitativamente nos cursos. Ainda porque escolaridade mínima e obrigatória é um direito adquirido de todo aquele nascido neste país. E desse princípio ético-político, e ainda legal, não podemos abrir mão sob hipótese nenhuma. (ESTRELA, 1992, p. 154).

Quando obtivermos fazer com que a cada criança corresponda uma vaga numa escola, bem como condições efetivas para que lá ela continue (e queira continuar a ser) por pelo menos oito anos, algo de radicalmente revolucionário terá acontecido neste país. (ESTRELA, 1992, p.154)

Contudo, é curioso comparar o contingente da população efetivamente aprovado pelas escolas hoje e aquele de antes. De certa forma, a porcentagem efetiva de aproveitamento escolar é ainda semelhante àquela de antes. Poucos são aqueles que conseguem conservar-se na escola até o final do segundo grau, e menos ainda frequentar uma universidade, consolidando-se igualmente a ilustre, mas indesejável "pirâmide" educacional brasileira. (ESTRELA, 1992, p. 154).

Parece, então, que ainda não conseguimos fazer valer aquele artigo da Constituição de 1988, o de número 205, que diz “educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família”.

É tarefa de todos nós (principalmente os educadores) garantirmos uma escola de qualidade e para todos, seja ela, com recursos ou não, com condições ou não, com supostas dificuldades ou não. A inclusão, pois, passa a ser o dever "número um" de todo educador preocupado com a importância igualitária de sua prática e, ao mesmo tempo, cioso de seus deveres profissionais. (AQUINO, 1996).

Uma relação de respeito é condição necessária (embora não suficiente) para os afazeres pedagógicos. No entanto, podemos acatar alguma pessoa ou podemos respeitar alguém por admirá-lo. Mas, convenhamos, há uma grande diferença entre esses dois tipos de "respeito", o primeiro funda-se nas noções de hierarquia e superioridade, o segundo, nas de assimetria e diferença. E há uma incongruência estrutural entre elas. (SILVA, 2003).

Em contraposição, boa parte dos profissionais da educação ainda parece guardar ideais pedagógicos que guardam de certa forma, a figura dessa escola de antigamente e desse professor repressor, castrador. Muitas vezes, para esses profissionais o bom aluno do cotidiano é aquele discreto, imóvel, obediente. (AQUINO, 1996).

É muito estranho tomar uma descrição do cotidiano escolar do século passado ou do meio desse período, e entender que as escolas atuais têm um funcionamento ainda parecido, em termos das normas disciplinares, com aquelas escolas do passado. A penalidade, a represália, a dependência e o medo ainda parecem habitar silenciosamente as salas de aula, só que agora, por exemplo, por meio da estimativa. Não é fato que muitas vezes alguns professores chegam a ameaçar seus alunos com a promessa de provas difíceis, notas baixas etc. Não será isso ainda a estratégia dissimulada de exclusão. O que dizer, então, das expulsões ou das "transferências". (AQUINO, 1996).

Sob esse ponto de vista, talvez a indisciplina escolar esteja nos indicando que se trata de uma recusa desse novo sujeito histórico a práticas intensamente aprofundadas no dia-a-dia escolar, assim como uma tentativa de apropriação da escola de outra maneira, mais aberta, mais fluida, mais democrática. Abordar do clamor de um novo tipo de semelhança civil, confrontativa na maioria das vezes, pedindo passagem a qualquer custo. Nesse sentido, a desobediência estaria sugerindo também uma precisão legítima no interior das relações escolares e, em particular, na relação professor-aluno. (SILVA, 2003)

2.6 Alunos “sem limites”

Segundo Guimarães (1996), a falta de limites da criança e do jovem refere-se à

suposta permissividade dos pais que, por sua ocasião, estaria criando barreiras para o professor em sala de aula. Segundo boa parte dos professores, a família, em certa medida, não estaria auxiliando o trabalho do docente, pois as crianças seriam frutos da "desestruturação", do "despreparo" e do "abandono" dos pais (vale lembrar, oriundos também das décadas de 60/70). E antes ainda, os professores apresentariam se tornado quase "reféns" de crianças tirânicas, deixados à mercê de crianças "sem educação".

É muito comum imaginarmos que "criança mal-educada em casa" converte-se automaticamente em "aluno indisciplinado na escola". Pois alertemos que isso nem sempre é basicamente correto. Não é aceitável generalizar essa análise para relevar os diferentes casos de indisciplina com os quais deparamos. Além disso, há um destaque indiscutível de que os próprios alunos desenfreados com alguns professores podem ser bastante colaboradores com outros. (GUIMARÃES, 1996)

Nós enquanto cidadãos, devemos rever as colocações da escola e da família, apontando os papéis dos professores e dos pais. A escola e a família não são a própria coisa, diz que uma não é o prosseguimento natural da outra; porque se assim o fosse, também o inverso da equação acima precisaria ser novamente admissível. Ou seja: "aluno desenfreado na escola" converter-se-ia em "filho mal-educado em casa". (GUIMARÃES, 1996).

Em geral, Guimarães (1996), a maioria dos professores imagina que o trabalho de disciplinarização moral da criança, introjeção das regras e, portanto, da constituição dos famigerados "limites", a cargo enormemente dos pais, é um pré-requisito para os afazeres de sala de aula. E esta ideia, embora correta em parte, também precisa ser repensada, pelo menos em parte.

Quando falamos genericamente em "educação" de uma criança ou jovem, compreendemo-la como resultado conjunto da intervenção da família e do colégio. Apesar essas duas instituições basais sejam integrantes e possam chegar a se articular, elas são bastante diferentes em suas raízes, objetos e finalidades. O trabalho familiar diz respeito à moralização da criança essa é a função primordial dos pais ou seus substitutos. A tarefa do docente, por sua vez, não é moralizar a criança. Objeto do trabalho escolar é fundamentalmente o conhecimento sistematizado, e seu objetivo, a recriação oferece. O resto é decorrência colateral, indireto, mediato. (GUIMARÃES, 1996, p. 75).

No caso da família, o que está em foco é a classificação do comportamento da criança, por meio da moralização de suas atitudes, seus hábitos; no caso da escola, o que se visa é a ordenação do pensamento do estudante, por meio da reapropriação do legado cultural, representado pelos diferentes campos de conhecimento em pauta. (NEVES, 1987, p. 147).

Devido a algumas crianças não proporcionarem atitudes éticas para os afazeres da sala

de aula, caso isso seja provável, este assunto renderia a seguinte contestação, trata-se de um complicador e nunca um impeditivo para o desenvolvimento em torno do conhecimento, porque se quer a docência implica um trabalho idêntico àquele concretizado pela família. (NEVES, 1987).

Entretanto, muitos professores, diante das dificuldades do dia-a-dia, acabam se colocando como ocupação fundamental a normatização ética das rotinas da criança e do adolescente (leia-se aluno agora) para que, o aluno possa desenvolver as tarefas do pensamento. Um bom exemplo disso é outro tipo de máxima presente no meio pedagógico que reza, a nosso ver equivocadamente: "para ser professor, é preciso antes ser um pouco pai, amigo, conselheiro etc." (GUIMARÃES, 1996).

Esse tipo de enfrentamento do trabalho pedagógico é desaconselhável por três razões, pelo menos:

- a primeira razão é que o professor não irá desperdiçar sua qualificação e seu talento específico, para ser um tipo de pai dentro da sala de aula. Para essa determinada tarefa de paternidade não é exigida nenhum tipo de preparação profissional, cada um tem seu critério para ser pai e mãe. No caso do professor, exige-se uma preparação lenta e especializada, necessitando de ações de estilo parecido a de companheiros de profissão e de modo diverso dos profissionais de outros campos;
- em segundo lugar, o professor não foi contratado para exercer tarefas parentais, para não haver desvio de funções em seu local de trabalho e não esperamos isso dos nossos profissionais da educação. Por mais que em sala de aula muitas vezes é exigidas do professor tarefas adicionais no setor pedagógico, não podemos exigir do profissional papéis que ele não esteja habilitado. Então o profissional restringe seus afazeres como alvo específico de conhecimento sistematizado por meio da recriação de um campo lógico-conceitual privado. Não confundir sua função com o de outros profissionais e outras ocupações: eis uma tarefa de fôlego para o professor de hoje em dia.
- em terceiro, trata-se de uma quebra do "contrato" pedagógico, porque o seu trabalho deixa de ser concretizado. Se o docente desiste de seu cargo, e não cumpre seus papéis específicos, quem fará isso por ele. Se o docente não se responsabilizar por seus conhecimentos quem fará isso por ele. (CAL, 2001).

Segundo Estrela (1992), como em todas as outras relações sociais/institucionais na semelhança pedagógica permanece uma combinação implícita a um conjunto de regras funcionais que precisa ser conhecido e considerado para que a ato possa se consolidar a contento. E é curioso constatar que os próprios estudantes têm uma perceptibilidade

impressionante como essas balizas contratuais do encontro pedagógico. Sem dúvida nenhuma, eles sabem reconhecer quando o professor está desempenhando seus papéis, e exercendo seu papel. O docente competente e cioso de seus deveres não é, em absoluto, um desconhecido para os estudantes; muito ao adverso. Estes admitem reconhecer e respeitar as regras do jogo quando ele é bem jogado, da própria forma que eles ainda sabem reconhecer quando o professor abandona seu posto.

Nesse sentido, a indisciplina parece ser uma resposta clara ao desamparo ou à desvirtuatura das funções docentes em sala de aula, porque é só a partir de sua ação evidenciado concretamente na atuação em sala de aula que eles podem ter clareza quanto ao seu próprio papel de aluno, complementar ao de professor. Enfim, as atitudes de nossos alunos são um pouco da imagem de nossas próprias atitudes. (ESTRELA, 1992, p. 154).

Por essas causas, talvez se possa entender a indisciplina como energia desperdiçada, sem um alvo preciso ao qual se atar-se, e bem como uma resposta, portanto, ao que se oferta ao aluno. Enfim, a indisciplina do estudante pode ser abrangida como uma qualidade de termômetro da própria relação do professor com seu campo de trabalho, seu papel e suas funções. (ESTRELA, 1992).

2.7 O aluno "desinteressado"

Os docentes elevam repetidamente sobre as razões da indisciplina é que “para os estudantes, a sala de aula não é atrativa quanto os outros meios de comunicação como as mídias”. Por isso, a falta de empenho e insensibilidade em relação à escola, mas qual será a saída, para que os estudantes possam se interessar mais nas aulas, seria modernizar a escola com novas tecnológicas e recursos midiáticos e didáticos mais atraentes para nossa atualidade, mas não deixando de lado o modo tradicional. (ESTRELA, 1992).

Será que a metodologia de raciocínio deve obter alguns reparos, com relação em algumas informações onde a escola não possa ser um meio de comunicação.

De acordo com Estrela (1992), enquanto há meios de comunicação social como a televisão, o rádio, o jornal, o próprio computador presentemente etc. tendo a função de divulgar informações, a escola deve ter como objetivo principal a reapropriação do conhecimento em certos campos da sabedoria onde se constitui as diversas disciplinas de um currículo.

Ainda, os meios de comunicação podem ter como finalidade a recreação, o lazer.

Colégio, ao contrário, é lugar de trabalho árduo e complexo, mas nem por isso pode ser menos prazeroso... Por essa pretexto, assim como afirmamos anteriormente que professor não é pai e aluno não é filho, é sucinto acrescentar: o docente não é um difusor de informações, e muito menos um animador de plateia, da própria forma que o aluno não é um espectador ou ouvinte. Ele é um sujeito atuante, co-responsável pela cena educativa, parceiro imprescindível do contrato pedagógico. (ESTRELA, 1992, p. 63).

A escola é um local onde não se repassam informações, mas ensina o que é preciso saber, por muito mais além do que dizem. O trabalho pedagógico é mais da ordem da desconstrução, da desmontagem dos conhecimentos, e isso se faz com o raciocínio lógico-conceitual propiciado pelos diferentes campos de conhecimento, representados nas disciplinas escolares. (ESTRELA, 1992).

O objetivo da ação docente segundo Aquino (1996) é "transmitir" ou difundir determinados produtos, tais como informações, expressões ou acontecimentos, mas fundamentalmente renovar o caminho percorrido antes que se chegasse a tais produtos.

O trabalho pedagógico é uma difusão que determina certas informações. Assim, se não obtivermos o suporte do conhecimento, ou seja, o regresso do pensamento que o informação sistematizado nos proporciona, como fazer para decodificar as informações difusas que os meios de difusão transportam cotidianamente, e a granel. (AQUINO, 1996, p. 79).

Por essa razão, de acordo com Aquino (1996), a inteligência não é sob hipótese determinada, informações, mas um centro processador delas. Não apenas "ingerimos" informações, que nos torna diferentes uns dos outros... Esse autor ainda cita que alguns têm uma competência de digestão maior do que outros essa capacidade se aprende e se potencializa principalmente no meio escolar.

É essencial, que apresentemos, em sala de aula, o nosso ponto de partida é a informação, mas o ponto de chegada é o conhecimento. E essa é uma diferença nem um pouco sutil. Uma máxima pedagógica recente espelha e, ao mesmo período, ameaça o início básico, do conhecimento como alvo prioritário da intervenção escolar: "trabalhar com os dados de realidade do aluno". (NEVES, 1987).

É possível, e até desejável, que a ação pedagógica seja desencadeada a partir dos elementos informativos de que os alunos dispõem, mas o objetivo docente deve ultrapassar em muito esse escopo restrito, da disponibilidade cognitiva do estudante e sua obediência. O afazer escolar tende sem sombra de dúvida, a transformação do pensamento do aluno. Em certo sentido, ele se contesta aos "dados de realidade" discente. Antes, o mundo do conhecimento contrapõe os saberes sistematizados àqueles pragmáticos, do dia-a-dia. (NEVES, 1987, p. 85).

Muitas vezes conotamos o passado como velho, antiquado, ultrapassado, em desuso, mas não é esse o caso do conhecimento e informações escolares.

Segundo Neves (1987), pode-se afirmar que, de certo modo, o conhecimento é o grande ingresso que os nossos antepassados nos legaram, a única herança que as gerações anteriores podem permitir para as origens, é para os "forasteiros" recém-chegados ao velho mundo.

Sabemos que a condição humana é extremamente passageira; somos um ponto fugaz entre o acontecido e o futuro. E é no interior dessa evidência que se figura a "transitividade" do lugar educacional, daquele que se aloca como lastro, mediador entre novos sujeitos e velhos objetos. Então, vale a pena pesquisar: será que ficamos conseguindo que nossos futuros cidadãos estejam angariando efetivamente tudo aquilo que lhes foi legado, para que possam usufruir da vida, a que têm direito, com intensidade e responsabilidade. (GUIMARÃES, 1996).

3. UMA LEITURA PEDAGÓGICA DA INDISCIPLINA ESCOLAR

Até agora foi mostrado três grandes hipóteses explicativas da questão disciplinar, tentando demonstrar que se trata de formações diagnósticas que não se sustentam por finalizado, por três razões, pelo menos, que são elas:

- a primeira é que elas estão abordadas em alguns destaques erradas (como a visão romanceada da educação de antigamente, a moralização deficitária por parte dos pais, além da ideia da informação escolar como algo ultrapassado e desestimulante);
- a segunda razão é que, de qualquer forma ou de outra, elas acabam fechando a indisciplina como um problema individual e anterior do aluno, quando, ao oposto, a ato indisciplinado revela algo sobre as relações institucionais-escolares nos dias atuais;
- a terceira razão deve-se ao fato de que essas hipóteses esquivam-se de levar em apreço a sala de aula, a relação professor-aluno e as questões estritamente pedagógicas. Elas esquematizam razões para a indisciplina, mas não distinguem caminhos concretos para sua superação ou administração. (ESTRELA, 1992).

Segundo Estrela (1992), as três hipóteses explicativas atentam a uma tramoia, já de partida, que é o de, tomar a disciplina como um pré-requisito para a ação pedagógica, quando, na verdade, a disciplina escolar é um dos produtos ou efeitos do trabalho cotidiano de sala de curso. Compreendemos isso de alguma maneira, por mais que evitemos o peso dessa constatação.

É sempre bom lembrar que o mesmo aluno indisciplinado com um professor nem sempre é indisciplinado com os outros. Sua indisciplina, portanto, parece ser algo que surge ou se acentua dependendo das situações. Por isso, talvez devêssemos nos indagar mais sobre essas circunstâncias, e, por extensão, despersonalizar o nosso enfrentamento dos dilemas disciplinares. (ESTRELA, 1992, p. 96).

Quase sempre se imagina que é necessário que os estudantes previamente apresentem ações disciplinares, como, ser “obedientes”, permanecer “em silêncio” etc. para que então, o professor possa iniciar seus trabalhos. E esse é impreciso e sério, porque em nome dele, perde-se um tempo precioso tentando disciplinar os hábitos discentes. (ESTRELA, 1992).

Colocando a indisciplina como fundamento pedagógico, talvez podemos inicialmente compreendê-la como um sinal, onde teremos indícios de que o docente possa intervir, mas não ser processada corretamente, e que seus resultados não se aproximam do esperado.

O docente é compreendido como uma associação de duas grandes dimensões, sendo elas os conteúdos específicos e os métodos utilizados por esse docente.

Todas essas indagações são inadiáveis hoje em dia porque se o professores, na qualidade de profissionais privilegiados da educação, apresentarem nitidez quanto a sua função e ao valor do seu trabalho, eles conseguirão ter um outro tipo de leitura sobre o dia-a-dia da sala de aula, sobre os problemas que se apresentam e as estratégias possíveis para o seu enfrentamento. (ESTRELA, 1992)

Por incrível que possa parecer Estrela (1992), diz que à primeira vista, grande parte de nossos contratemplos profissionais pode ser determinada com alguns conceitos simples e eficazes, mesmo porque muitas das armadilhas que o cotidiano nos arma parece ter nossa anuência, quando não nossa autoria.

Para que isso possa ser otimizado, segundo Estrela (1992) algumas premissas pedagógicas precisam ser conservadas e provocadas, é claro no trabalho de todo dia, de sala de aula. E essas premissas ultrapassam o plano dos teores e dos artifícios, ou mais perfeito, elas os abarcam.

3.1 Algumas premissas pedagógicas fundamentais

Os princípios éticos balizadores oferecidos, implicam, inicialmente, quatro elementos básicos, a saber:

- o conhecimento, que é o objeto exclusivo da ação do professor. O âmbito de desempenho do docente é o essencialmente pedagógico. Portanto, ater-se ao seu campo de conhecimento e suas regras particulares de funcionamento, jamais à moralização dos costumes, é uma fundamental;
- a relação professor-aluno, que é o núcleo do trabalho pedagógico, uma vez que os estudantes são nossos parceiros, corresponsável pelo sucesso escolar, portanto. Mas é fundamental que seja preservada a distinção entre os documentos de aluno e de docente. Não podemos esquecer que é o dever do professor ensinar, assim o direito do aluno é aprender;
- a sala de aula, que é o contexto privilegiado para o afazer, concreto onde a ensino escolar sucede de fato. É lá também que os conflitos têm de ser moderados, gerenciados. E somente lá, que se equacionam os obstáculos e que se atinge uma possível excelência profissional. Assim sendo, mandar estudante para fora de sala (e, no limite, para fora da escola) é um tipo de prática abominável, que precisa ser abolida urgentemente das práticas escolares brasileiras;
- o contrato pedagógico trata-se da proposta de que as regras de convivência, muitas

vezes subentendidas, que norteiam o funcionamento da sala de aula e daquele campo de conhecimento em particular necessitam ser especificadas para todos os envolvidos, apreciadas e compartilhadas por aqueles inseridos no jogo escolar, mesmo se elas tiverem de ser recordadas (ou até mesmo transformadas) todos os dias. Portanto, a medida mais profícua é a seguinte: jamais iniciar um curso ou um ano letivo sem que as regras de funcionamento dessa "sala de aula/laboratório" sejam conhecidas, partilhadas e, se possível, negociadas por todos. É no conceito em que todos se sentem corresponsáveis pelo "código" de regras comuns que se pode ter parceria, solidariedade, um projeto conjunto e contínuo o que, no caso do trabalho pedagógico, é mais do que necessidade, é uma exigência. (GUIMARAES, 1996)

3.2 As cinco regras éticas do trabalho docente

De acordo com as palavras de Guimarães (1996), se o docente levar em estima essas possíveis ações de convivência no seu trabalho cotidiano, os seus "problemas" disciplinares deixarão de ser prioritários, alguma vez que elas tentam a intervenção do professor, e não as condutas da clientela, como norte da ação escolar.

Tendo este ponto de vista pude notar que podemos lutar contra o fracasso escolar ou tais distúrbios de aprendizagem, ou a falta de credibilidade profissional que nos assola e da qual padecemos nestes últimos tempos.

As regras citadas são:

- a primeira regra implica a compreensão do aluno-problema como um porta-voz das relações estabelecidas em na classe. O aluno problemático não é necessariamente portador de um "distúrbio" individual e de véspera, mesmo porque o mesmo estudante "deficitário" com certo docente pode ser bastante com outro. Temos que admitir, a todo custo, que o suposta barreira que ele apresenta tornar-se visível um problema comum, sempre da relação. Vamos investigá-lo, interpretando-o como um sinal dos acontecimentos de sala de aula. Escuta: eis uma prática intransferível.
- a segunda regra ética refere-se à não idealização do perfil de aluno. Ou seja, desamparemos a imagem do aluno ideal, de como ele deveria ser quais hábitos deveria ter, e conjugemos nosso material humano sensível, os recursos humanos disponíveis. O estudante, tal como ele é, é aquele que carece (apenas) de nós e de quem nós

carecemos, em termos profissionais.

- a terceira regra implica a fidelidade ao contrato pedagógico. É obrigatório que não abrimos mão, de algumas de nossas ações, do objeto de nosso trabalho, que é apenas um: o conhecimento. É indispensável que tenhamos perceptibilidade de nossa tarefa em sala de aula para que o aluno possa ter clareza também da dele. A visibilidade do estudante quanto ao sua ação é diretamente proporcional à do professor quanto ao seu. A ação do estudante é de certa forma, espelho da ação do professor. Portanto, se há fracasso, o fracasso é de todos; e o mesmo com relação ao sucesso escolar.
- a quarta regra é a experimentação de novas estratégias de trabalho. Precisamos tomar o nosso ofício um privilegiado de aprendizagem, conhecimento e de investigação de novas possibilidades de atuação profissional. Sala de aula é um espaço pedagógico, sempre. Não é o estudante que não se encaixa no que nós oferecemos; somos nós que, de certa forma, não nos adequamos às suas probabilidades. Necessitamos, então, reinventar os métodos, precisamos reinventar os conteúdos em certa medida, precisamos reinventar nossa relação com eles, para que se possa, enfim, preservar o escopo ético do trabalho pedagógico.
- a última regra moral, e com a qual concluímos nosso percurso, é a ideia de que dois são os valores básicos que devem presidir nossa ato em sala de aula: a e o prazer. Quando podemos (ou conseguimos) exercer esse ofício extraordinário que é a docência com capacidade e prazer e por extensão, com generosidade, isso se traduz também na maneira com que o aluno exercita o seu lugar. (GUIMARÃES, 1996)

3.3. A indisciplina/violência

Este tópico abordará o conceito da violência e indisciplina na escola e algumas ações para amenizar esses problemas, para isso me pautei em teóricos como: Costa, Gonçalves, Guimarães, Garcia, Freller e Aquino que melhor tratam esse tema, apresentando seus posicionamentos e experiências para melhor compreendermos essas questões.

A criança é movida por uma disciplina biológica, que está sendo quebrada pela euforia do amor. Mas, infelizmente, plasticidade psicológica que permanece em um relacionamento saudável, permite que ela supere o desrespeito por parte dos pais. Os filhos se sentem amados pela importância que os pais demonstram mesmo não estando com eles o dia inteiro. É seguro quando os pais tomam atitudes aprovativas, porque nelas encontram referências. (COSTA, 1986).

Segundo Costa (1986), em meio a brincadeiras e risos na hora do recreio, você escuta o choro de um aluno. Ele acaba de ser agredido por um colega. A cena é comum e até normal em crianças de até 6 anos. Contudo, quando uma delas machuca os outros com frequência reagem violentamente causando problemas isso é sinal de que a agressividade excedeu os limites.

Até os três anos de idade, Costa (1986) diz que a criança, impelir o amigo ou qualquer outro tipo de contato físico pode significar desejo de aproximação e não necessariamente vontade de incomodar.

Costa também se refere às crianças entre 4 e 6 anos, os pequenos já sabem comunicar situações que não lhes são deliciosas. "Essa criança é capaz de brincar 'com' e não apenas 'ao lado de' amigos. Ela começa a perceber as regras de convivência", afirma a psicóloga Maria Betânia Norgren, professora de arte terapia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Esses estágios de desenvolvimento não acontecem exatamente ao mesmo tempo: alguns podem apresentar por um tempo maior condutas mais ou menos avançadas em semelhança à idade. Nem todas as crianças se adaptam facilmente a essas alterações emocionais, o que pode também ser uma causa das reações hostis. (COSTA, 1986).

A agressividade exagerada geralmente é sintoma de problemas mais graves, alerta Ivânia Pimentel, terapeuta e supervisora da Associação Criança Brasil, que atende 600 jovens em São Paulo. Entre os fatores desencadeadores de procedimentos agressivos estão: temperamento complexo e temperamental; falta de carinho; violência física ou emocional; ausência de limites ou tolerância excessiva dos pais; excesso de energia mal canalizada; obrigação de conhecer limites até os próprios controles; não tolerar frustrações; e deficiências físicas ou mentais ainda não descobertas. (COSTA, 1986)

A criança com comportamento agressivo pode estar passando por situações especiais

sem o devido apoio, como divórcio de pais, nascimento de um irmão ou morte de alguém querido. Para Ana Coelho Vieira Selva, professora do Departamento de Psicologia e Orientação Educacional da Universidade Federal de Pernambuco, "é fundamental que o aluno não seja estigmatizado nem acusado por atos agressivos".

Pais e familiares são os principais exemplos de conduta para os pequenos, mas você também tem uma ação respeitável na formação emocional deles. Se o docente grita e resolve os conflitos em classe de maneira agressiva, o estudante pode espelhar nessas atitudes. "Uma das colocações da escola é civilizar o indivíduo, não sendo condescendente com a agressividade exagerada", analisa Rinaldo Voltolini, professor de Filosofia da Educação da Universidade de São Paulo.

Segundo Professor Rinaldo Voltoni, uma atitude positiva é tentar se aproximar do aluno. Dessa forma, ele vai se sentir à vontade para expressar seus sentimentos e pode até tentar esclarecer seus gestos intensos. Proporcione ocasiões, dê à criança a oportunidade de se retratar e crie situações de estímulo: substitua o "Isso não se faz!" por "Você é um garoto legal. Não vai mais querer bater no amigo". Converse com o aluno no pátio ou no parquinho. Salas fechadas, como a temida diretoria, podem causar constrangimento.

De acordo com a análise, a boa convivência do grupo pode ser acatada por algumas regras de convivência:

- Oriente os alunos a avisar você quando acontecer uma agressão.
- Jamais incentive crianças a responder a atos agressivos com violência.
- Converse com a turma sobre o que é certo e o que é inconveniente e combine princípios de boa convivência.
- Conte histórias sobre amizade, amor e relações tranquilas.
- Recompense as boas condutas.
- Programe atividades físicas em que os alunos gastem bastante energia.
- Realize brincadeiras em que haja contato físico entre as crianças, como as rodas.
- Leve a garotada para brincar ao ar livre.
- Aplique técnicas de relaxamento.
- Monte uma brinquedoteca. (GONÇALVES, 2002)

3.4 Como ajudar o estudante agressivo

- Crie uma relação de amizade e confiança com ele;
- Estabeleça claramente os limites;
- Incentive manifestações de afeto, segurança, senso de responsabilidade e de cooperação;
- Nunca grite, brigue ou discrimine esse aluno. (GUIMARÃES, 1996).

A indisciplina escolar sempre foi um entrave ao bom sentido pedagógico, contudo, hoje as escolas passam por um momento crítico uma vez que essa situação vem se agravando progressivamente. Acontecimentos diários, dentro e fora das salas de aula refletem-se na família e em outras instituições da comunidade. Por outro lado, a indisciplina escolar pode ser vista como um mero reflexo da indisciplina generalizada em que se depara a humanidade atualmente. (GUIMARÃES, 1996)

Diante do caos instalado, professores e dirigentes não conseguem desempenhar sua função de autoridade, sentindo-se ineficazes. já não é valorizado pelos meios de comunicação de massa, com raríssimas exceções. A maior pertinência de valor é dada ao prazer individual imediato, não importa se obtido de forma lícita ou não. (GUIMARÃES, 1996, p. 74)

Segundo Guimarães (1996, p.75), primeiro é preciso definir o que seja indisciplina, conceito que pode ser explicada de diferentes formas. A princípio, um sujeito indisciplinado é o que apresenta um comportamento desviante de uma regra social. Dessa forma, o que é considerado comportamento normal em dado segmento da sociedade pode ser visto como indisciplina em outro assunto, dependendo das normas explícitas ou implícitas que estejam sendo desrespeitadas.

Com base nessa significação, é de suma importância de processar, então, quais são essas normas e até que ponto as normas implícitas estão claras. Muitas vezes as normas explícitas (Regimento Escolar, por exemplo) não são tão explícitas quanto precisariam, ou seja, não chegam a informar de todos e seu cumprimento não é realizado sequer por professores e funcionários, dando a impressão de que tais normas não têm valor. Já as normas implícitas têm, muitas vezes, relação direta com a educação recebida em casa. Assim, espera-se que o aluno saiba que deve bater na porta e esperar autorização antes de entrar em sala, no entanto, o que se observa na prática é que tal conduta nunca lhe foi ensinada ou cobrada. (GUIMARÃES, 1996, p. 75).

A indisciplina se desponta em diferentes níveis, indo de pequenas inquietações (como entrar sem bater interrompendo a aula) até o vandalismo e os atos de agressão contra a pessoa física. Excepcionalmente, na época presente, as perturbações são vistas como ocorrências normais e inevitáveis, considerando-se como desobediência apenas as transgressões de maior vulto, como agressões, destruição e roubo. (GARCIA, 1999, p.101).

Garcia (1999) cita também se, por um lado, as normas não são claras, por outro vivemos um momento cultural em que a sociedade como um todo declina as regras da boa convivência. Costumes antes observados em uma minoria de jovens são amplamente generalizados em estudantes de todos os níveis de ensino, como: apatia, conversas, troca de mensagens escritas, exibicionismo (com comentários, posturas ou roupas/acessórios), desrespeito aos horários de entrada e saída da sala de aula, atividades de desocupação durante a aula (ouvir música, ler revistas, jogos eletrônicos etc.), perguntas alocadas de propósito para desvalorizar o docente ou o conteúdo, entre outros. (GARCIA, 1999, p. 101).

Além dessas, extremamente frequentes, também ocorrem ofensivas (a colegas, professores e funcionários), furtos, provocações (sexuais, racistas ou com outros teores preconceituosos), desvalorização e destruição de objetos, móveis e da estrutura física da escola, sendo estas últimas claras manifestações da agressividade reprimida no estudante. (GARCIA, 1999, p.103).

Em alto grau se poderia depositar acerca das supostas causas da indisciplina, teorizar a respeito do ser humano enquanto ser social, do papel da família e da escola na sociedade. No entanto, o que mais necessitamos na atualidade é de conceitos práticos que possam auxiliar os docentes e a direção da escola a lidar com tal problema. (GARCIA, 1999, p. 103).

Nesse ponto, a teoria psicanalítica pode ser um utensílio muito útil, permitindo que os educadores identifiquem mecanismos psíquicos que agem inconscientemente nas inclusões sociais. Para a abordagem da psicanálise é necessário facilitar a compreensão da dinâmica do grupo e instrumentalizar o educador para intervir nela, retomando sua posição de autoridade. Dessa forma, faz com que o docente se coloque como sujeito influente em sala de aula e não um mero objeto manipulado pelos alunos ou pela direção escolar. O indivíduo que atua como educador deve proporcionar aos estudantes que se tornem sujeitos, ou seja: de objetos manipulados pela mídia transformem-se em indivíduos responsáveis pelos oportunos atos e pelas implicações de suas escolhas. (GARCIA, 1999, p. 104).

Conhecer as instâncias psíquicas e as estruturas de defesa que atuam no aluno induz o educador a perceber no agressor um ser reprimido que precisa ser ouvido. Com isso acrescenta a empatia e melhora significativamente a relação professor-aluno. Consciente dos mecanismos da projeção, das mudanças e da contratransferência, o docente é capacitado a identificá-los na relação professor-aluno e, conseqüentemente, impedir a continuidade de ciclos depravados do comportamento. (GARCIA, 1999, p. 107).

Pude analisar neste trabalho alguns aspectos de violência/indisciplina nas escolas,

agitando assim algumas ações pedagógicas imprescindíveis para o bom andamento no cenário que vem afetando a educação de nossas crianças. Por isso, existem vários desafios críticos que a indisciplina escolar possa defrontar com as instituições de educação básica, públicas e privadas, neste país. Abrangendo assim diversas formas e mecanismos de expressão e reflete um grande grupo de causas de diversas naturezas.

A indisciplina indiscutivelmente atrapalha e incomoda o bom andamento da aula, mas se trabalhada adequadamente com a classe podemos obter novos desafios. Sendo que o maior desafio é a conquista da turma, fazer com que eles produzam mais do que o esperado, criando assim condições para que eles possam aprender.

Nas escolas, a indisciplina não compõe apenas um fenômeno atrelado a determinados comportamentos de indivíduos particulares, mas pode ser refletida como um acontecimento cultural, bem como institucional. Nesse sentido, este texto explora a noção de cultura de indisciplina nas escolas, de um ampliando a perspectiva conceitual acerca da indisciplina escolar, bem como buscando outros referenciais para pensar e modificar-se as formas de agir que tradicionalmente tem sido exercida nas escolas, em relação a esse fenômeno. (GARCIA, 1999, p. 107).

3.5 Autoridade se constrói

É impossível falar de indisciplina sem pensar em autoridade. Impossível pensar em autoridade sem uma ressalva: ela não é dada de “mão beijada”, mas é algo que se estabelece, ou seja, ter autoridade é muito diferente de ser autoritário. Dizer "não faça isso", chantagear e punir são atitudes inúteis. O estudante precisa aprender a noção de limite e isso só ocorre quando ele entende que há direitos e deveres para todos, sem exceção. (GUIMARÃES, 1996, p. 81).

Guimarães (1996, p.79), cita que “um dos obstáculos mais frequentes na hora de usar o mau comportamento a favor da aprendizagem é uma atitude comum dos professores: encarar a indisciplina como agressão pessoal”.

O professor precisa desempenhar seu papel o que inclui disposição para conversar sobre objetivos e limitações e para mostrar ao aluno o que a escola (e a sociedade) espera dele. Só quem tem certeza da importância do que está ensinando e domina várias metodologias consegue desatar esses nós. (GUIMARÃES, 1996, p. 79)

3.6 Bagunça ou inquietação

Cerca de 95% dos casos atendidos pelo Serviço de Orientação à Queixa Escolar, coordenado por Cintia, são resolvidos na própria classe. O truque é transformar a contestação em aliada, dando atenção ao jovem e amparar e a perceber o que o incomoda.

FRELLER, (2000, p.48), salienta que: “A indisciplina é uma das maneiras que as crianças e os jovens têm de transmitir que algo não vai bem. Por trás de uma guerra de papel podem estar dificuldades psíquicas ou familiares. Ou um aviso de que o estudante não está integrado ao processo de ensino e aprendizagem”.

Segundo Freller, (2000), de maneira geral, as escolas consideram rebeldia às transgressões à códigos de convívio ou a não adequação a um modelo ideal seja em relação ao ritmo de aprendizagem (bom é quem aprende rápido) seja em relação ao comportamento (só queremos os obedientes). O primeiro passo é tomar consciência de que a inquietação é inerente à idade e faz parte do processo de desenvolvimento e de busca do conhecimento. O segundo, aceitar as diferenças. "A adolescência, em especial, é a fase de encontrar e de testar limites", diz o psicólogo português Daniel Sampaio, autor de *Indisciplina: Um Signo Geracional*.

3.7 Contrato Pedagógico

Finalmente, chegamos ao contrato pedagógico. Como todos os acordos que celebramos na vida, temos também um pacto com aspirações e obrigações. Como escreve, Julio Aquino, não se trata de definir o que não é permitido fazer na sala de aula e na escola, mas de abrir um diálogo entre docente e estudantes estabelecer o que é bom para todos e aqui, o exemplo de uma escola talvez não sirva outra. (AQUINO, 2000, p. 51).

Segundo Julio Aquino, (2000) "É nossa função expor à turma tudo o que compete a ela para facilitar e todos aprenderem. Só assim os jovens encontram sentido nos conteúdos e participam mais”.

Com responsabilidade, todos devem dizer o que querem e o que não esperam que advenha neste ano letivo que se inicia. Vale a pena redigir essa carta de intenções. Pode chamar de acordo, ou de combinado. As regras podem valer para o ano todo ou para uma agilidade específica. Como em todo conversa, esse também pressupõe a possibilidade de rever posições, se necessário. Assim, todos vão incorporar e cumprir as normas de comportamento a indisciplina, que antes incomodava, se transforma numa grande aliada. (AQUINO, 2000).

3.8 Pesquisa com diversos professores da rede estadual

Este tópico irá analisar a percepção dos professores em relação à indisciplina e a violência escolar. Elaboramos um questionário semi-estruturados para os docentes de uma escola da rede pública de ensino, no qual busquei compreender de que forma os educadores lidam com estas questões, quais ações esses professores têm buscado para enfrentar esses problemas. A escolha da escola se dá por dois motivos, o primeiro deles é o meio em que ela está situada, um bairro com altos índices de violência, roubos, etc. o segundo é porque as notas do IDEB apontaram índices baixíssimos na qualidade da Educação.

A intenção foi aplicar este questionário a todos os professores do Ensino Fundamental II, porém houve muita resistência da grande maioria dos professores, alegaram não ter tempo, que já responderam á outras pesquisas que não obtiveram mudanças, entre outras coisas. Portanto, dos 11 questionários entregues, foram devolvidos apenas seis. Os professores levaram quinze dias para devolver os questionários.

3.9 Reflexões dos professores

O que mata é a desobediência: aquela sala não dá; porque quando “fulano” não vem à aula, a classe é outra, e consigo trabalhar; às vezes, tenho vontade de desistir; não consigo controlar a classe; tinha preparado uma aula maravilhosa e não consegui nada; todos falavam ao mesmo tempo; coloquei dois alunos para fora da sala; saí frustrada. Professor(a) de Produção Interativa, falou a respeito 1ª ano do Ensino Médio, período matutino.

"Antigamente não era assim: os professores eram respeitados, não havia bagunça; hoje os pais não educam, deixam tudo para a escola; há uma crise de valores; é uma falta de respeito, falta de postura, às vezes, de educação. Às vezes saio da aula muito nervosa, e isso é ruim". Opinião dos professores (sala dos professores) da mesma escola.

O (a) professor (a) da disciplina de Geografia, disse, durante o período escolar percebe alguns atos de violência sendo alguns deles (física,verbal e psicológica). Fala sobre a interferência da violência no ambiente escolar, “partindo do pressuposto que todo ato de violência cometido a qualquer indivíduo, ele inconscientemente absorve as marcas da violência, e a qualquer momento está prestes a revidar então, quando ocorre no ambiente escolar a aprendizagem fica comprometida”. “As consequências geradas pela violência no ambiente escolar, é baixa concentração insegurança diante de desafios, distorção entre idade e série, baixo nível de leitura e interpretação”. Sua opinião devido ás ações realizadas pelo

professor, “interatividade entre alunos, mostrar a eles os anseios e desejos, convicções de cada um com respeito mútuo”. As medidas adotadas pelo professor são as seguintes: “no primeiro momento é fazer as intervenções necessárias para acalmar os ânimos inteirar-me do assunto ai sim, conversar com ambos e num segundo momento fazendo refletir sobre a situação”. Sobre os projetos realizados na escola, “já houve vários, o corpo docente e administrativo primou e prima o combate à diversidade de violência, diálogo, palestras, atividades extraclasse voltada à inter-relações pessoais, projeto OBEDUC, enfim, tudo é colocado ou seja disponibilizado para que a escola seja harmoniosa dentro do possível, pois sempre haverá algum tipo de violência seja ela direta ou indireta, mas como educador estaremos sempre em alta, para combatê-los”.

Professor(a) da disciplina de Matemática relatou o tipo de violência percebido no ambiente escolar entre eles o “bullying, maus tratos com colegas e professores”. Relatou da interferência da violência no ambiente escolar, “Sim, perco muitos minutos para passar sermão na turma e acalmar a sala”. Falou sobre as consequência da violência no ambiente escolar, “alunos desmotivados, não querem fazer e muito menos aprender”. Falou sobre as medidas adotadas em sala “diálogo com a turma ou conversa individual”. Citou também, quais a razões que devem ser realizadas para minimizar a violência, “a escola tem feito de tudo para que isso não ocorra mais. Mas a meu ver é um problema intrínseco da sociedade, para que ocorra o fim deve primeiro ocorrer dentro dos lares”. Relatou os projetos realizados na escola, “palestras, diálogos, seminários e oficinas de projetos como dança, arte e jogos”.

Professora da disciplina de Pedagogia, relatou que perno ambiente escolar alguns tipos de violência, como “violência física e verbal”. Disse também que a violência “não” interfere no ambiente escolar. Relatou as consequências da violência no ambiente escolar, “sala numerosa, indisciplina e falta de limites”, falou sobre as medidas adotadas por ela dianteadas situações de violência em sala, “conversas e registro de ocorrência”. Citou as ações que devem ser realizadas pelos professores para minimizar a violência “projetos, algo que prendam os alunos tais grupos de danças são importantes para que estimulem os alunos”. Relatou os projetos que foram desenvolvidos na escola “OBEDUC – em parceria com a UEMS”.

Professor (a) disciplina de Matemática relatou sobre quais os tipos de violência percebida no ambiente escolar sendo elas “violência física e verbal”. A violência tem alguma interferência no ambiente escolar “com certeza, atrapalha o andamento que envolve para resolver a situação e o conteúdo em sala de aula”. Observou também as consequências da violência no ensino e aprendizagem “o conteúdo fica atrasado e surge dificuldade em

acompanhar o conteúdo”. Falou sobre suas mediadas adotadas em sala “comunicar a coordenação e registrar o ocorrido”. Para minimizar a violência na escola “devemos ter diálogo e desenvolver projetos”.

Professor (a) disciplina de Pedagogia relatou sobre os tipos de violência percebidos no ambiente escolar “agressividade física e oral”. Citou também sobre a interferência da violência no ambiente escolar “sim, pois perdemos muito tempo em controlar a indisciplina”. Citou as consequência da violência no ambiente e “a falta de aprendizagem e ensino ocorre devido as agressões, falta de autoestima...”. Falou sobre as mediadas adotadas por ela em situações de violência em sala “praticamente conversamos, deixa sem recreio, em último caso encaminhado para à coordenação”. Quais ações devem ser realizadas pelo professor e pela escola para minimizar a violência escolar “acredito que buscar parceria com a família é uma das melhores maneiras de solucionar os problemas”.

A partir dos questionários e reflexões dos professores, compreendemos que eles percebem a violência e indisciplina como presente para além dos muros da escola, sendo pautadas também em toda uma desestrutura familiar, em um sistema que não dá subsídios aos professores; muito pelo contrário, o educador se sente sobrecarregado ante a tantas formações e “obrigações” que lhes são impostas.

4. CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento desta monografia podemos refletir sobre o tema escolhido e pensar em como o processo de ensino-aprendizagem pode ser influenciado no ambiente escolar pelos efeitos da indisciplina e da violência.

Tivemos conhecimento sobre diferentes tipos de percepções teóricas a respeito dos conceitos de indisciplina e de violência no ambiente escolar, inclusive as que levam em consideração os aspectos físicas, verbais e psicológicas, como o desrespeito a professores e funcionários do ambiente escolar, *bullying* com os colegas de classe, o que influenciam na vulnerabilidade da sociedade e dos segmentos sociais ligados à juventude.

Durante o desenvolvimento desta monografia na revisão bibliográfica, verificamos que a violência ocorre dentro do ambiente escolar como decorrência das violências existentes para além dos muros das escolas. Sendo assim, percebemos que a violência assume diversas formas, seja ela, moral, física e verbal prejudicando o bom andamento e aprendizagem de nossos alunos.

A violência no ambiente escolar ocorrida no dia a dia do aluno produz efeitos em seu processo de ensino-aprendizagem, e atrapalha o desenvolvimento educacional dos estudantes.

A qualidade do ensino e o desenvolvimento dos estudantes são prejudicados pela prevalência da violência no ambiente escolar. Neste ínterim, várias instituições da sociedade tentam encontrar saídas para solucionar as questões ligadas às violências cotidianas.

Diante da complexidade que envolve a violência, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas científicas quantitativas e qualificativas para que, a partir delas, seja possível à formação de uma política eficaz, passo principal para começar a melhoria da segurança para a população.

É preciso estar preparado e consciente para a realização das abordagens sobre a violência, sendo um contexto amplo e que a cada dia surgem mais produções de conhecimento a respeito. Por isso, a sociedade deveria se conscientizar e mobilizar os cidadãos para que futuramente possam assegurar uma vida sem privações de liberdades e cerceamento de expectativas de vida; asseguradas a partir de políticas públicas eficazes que combatam as violências dentro e fora do âmbito escolar. Na própria escola analisada percebemos que muitos não têm mais tolerância, não respeitam, e não tem mais diálogo para resolver qualquer tipo de problemas acontecidos. Muitas vezes a escola não tem conseguido transformar a realidade imediata e solucionar os problemas vivenciados pelos diversos atores

do seu cotidiano. Fica cada vez mais difícil conviver com a realidade e poder fazer uma transformação no interior da escola ou em qualquer área educacional.

Sendo assim, muitos profissionais da educação ficam alentados, estudantes são pressionados e escapam como podem, contestam com mais brutalidade quando advertidos, não veem formas de superação, e diretores se desestimulam diante das dimensões das dificuldades, e os pais se vêem sem perspectivas por não saberem mais a quem recorrer.

A cada dia, profissionais, educadores, pais e estudantes, tentam buscar uma saída. Essa é a grande preocupação de todos na busca de novos recursos perante esta situação de violência escolar. Para isso, é preciso que o contexto seja tratado com prioridade e importância.

A violência escolar deve ser entendida como algo complexo com diversas formas de manifestações causas subjetivas que devem ser entendidas para, depois, formular políticas públicas eficazes.

Uma das razões das violências está atrelada à divisão das classes e a cultura da violência. Enquanto essa divisão da sociedade permanecer, a escola permanecerá sendo alvo da exploração e dominação, com educadores e diretores exercendo uma função que não rompe com este ciclo, onde estará colaborando e defendendo os interesses do Estado. Instale-se um ciclo de desenvolvimento e coordenação sobre a maneira como as pessoas se relacionam com costumes da violência. Para conseguir romper isto requer um movimento amplo envolvendo a todos.

Nossa realidade hoje é que vivemos em um país onde há grandes injustiças sociais. Recebemos muitas informações diariamente onde reduzem a complexidade relacionando a violência a indivíduos ou grupos sociais. A violência 'pode qualificar ações individuais e coletivas, mas emerge a partir de marcos sociais que têm a sua origem na negação do direito à uma vida digna, na exploração de uns pelos outros. (ABRAMOVAY, 2003)

Sendo assim, a escola precisa ser referência para o diálogo entre assuntos da sociedade e assuntos referentes à ordem social. Para isso, é preciso a participação de todos, que estão envolvidos no processo educativo, buscando um sentido de existência para o currículo, criando novas formas de relações e renovando o que está pronto. É preciso a renovação das ações dos direitos humanos por meio do cotidiano, com referência na ação educativa. É difícil entender e compreender a cultura da violência, no meio do sistema social violento. Deste modo, podemos nos prevenir e não alimentar em seu cotidiano para que possamos conscientizarmos-nos dos motivos subjetivos que impulsionam as ações, violentas e, a partir daí, enfrentar com coragem essa realidade.

5. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M; RUA, M. das G. Violência nas escolas. Brasília: UNESCO, 2003.

Adolescência na Escola, Margarete Parreira Miranda, 223 págs., Formato Editorial,

AQUINO, J.G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, J.G. (Org.) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996a, p. 39-55.

Cal, Barbosa. Olhares, registros de pratica pedagógicas.Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*”.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, n.8, ano 4, jul./dez. 2002.

COSTA, J. F. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ESTRELA, Maria Teresa. *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. 3. ed. Portugal: Porto, 1992.

EPP, J.R. (1996): “Escuelas, complicidad y fuentes de laviolencia”. In EPP, J. R.; A.M.GUIMARÃES, A. M. *Indisciplina e violência: ambigüidade dos conflitos na escola*. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRELLER, C. C. . *Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana*. 1. ed. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2001. v. 400. 251 p.

FREUD, S. A sexualidade na etiologia das neuroses. In: _____. *Obras completas: edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 3.

GARCIA, Joe. *Indisciplina na Escola*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 95, p. 101-108, janeiro/abril 1999.

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. *Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, mar. 2002.

GUIMARÃES, A. M. *Indisciplina e violência: ambigüidade dos conflitos na escola*. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

LA TAILLE, Y. de. *Desenvolvimento do juízo moral e a afetividade na teoria de Jean Piaget*. In: LA TAILLE, Y. (Org.) *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992..

LA TAILLE, Y. de. Desenvolvimento do juízo moral e a afetividade na teoria de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Y. (Org.) *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

NEVES, C. E. A. B. et al. Relato e análise de uma experiência numa instituição escolar: nossos medos, nossas buscas e nossas implicações. In: SAIDON, O.; KAMKHAGI, V. R. (Orgs.) *Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, Funabem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PIRES, Ariovaldo de Campos. Reflexão sobre a independência. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em

[/www.iof.mg.gov.br/diário/comemorativo/07091999/Artgo9.htm](http://www.iof.mg.gov.br/diário/comemorativo/07091999/Artgo9.htm). Acesso em 10jul.2003.

Pontos de Psicologia do Desenvolvimento, Célia Silva Guimarães Barros, 213 págs., Ed. Ática,

SILVA, N. P. *Ética, Indisciplina & Violência nas Escolas*. São Paulo: Edição própria, 2003.

VASCONCELLOS, Celso. *Disciplina*. São Paulo: Libertad, 1995.

Serviço de Orientação à Queixa Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, bl. D, CEP 05508-900, São Paulo, SP, Editora,

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

Formação Profissional

Graduado(a) em: _____

Instituição: _____

Possui Pós Graduação? Sim Não

especialização

mestrado

doutorado

Área; _____

Instituição: _____

Tempo de Magistério: _____ anos. efetivo convocado

Sobre a Violência Escolar:

- 1) Quais os tipos de violência percebidos por você no ambiente escolar?

- 2) A violência tem alguma interferência no ambiente escolar e na sua prática pedagógica?

- 3) No ambiente escolar quais são as consequências da violência no processo de ensino e aprendizagem?

- 4) Quais as medidas adotadas por você diante de situações de violência em sala de aula?

- 5) Quais ações devem ser realizadas pelo professor e pela escola para minimizar a violência na escola?

- 6) Quais foram os projetos desenvolvidos pela unidade Escolar que abordaram a violência escolar?